

AQUILOMBAÇÕES E CONVIVÊNCIAS: ARTE-CULTURA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E OUTRAS LINHAS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE NOS TERRITÓRIOS

Aquilombamentos and Convivialities: Art-Culture, Solidarity Economy, and Other Lines in the Promotion of Health in the Territories

Ariadna Patricia Estevez Alvarez¹
Maria Paula Cequeira Gomes²

Artigo encaminhado: 12/11/2025
Artigo aceito para publicação: 29/11/2025

RESUMO

Este artigo objetiva compartilhar resultados da pesquisa *“Práticas de convivência como aquilombações: promoção da saúde nos territórios com arte-cultura e economia solidária”*. As práticas de convivência que enfocamos neste estudo são as que acontecem a partir dos Centros de Convivência e Cultura (Cecos) nas Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) do Sistema Único de Saúde (SUS). Questiona-se: quais são e como as práticas dos Cecos operam aquilombações na promoção da saúde nos territórios? A pesquisa se vale da ideia-força de aquilombação como via de enfrentamento às várias formas de opressão às diferenças. O objetivo é compartilhar as linhas que constituem as práticas dos Cecos em sua interface com a noção de aquilombação. A abordagem teórico-metodológica adotada é a cartografia. Em meio a participação nos Fóruns de Cecos do Estado do Rio de Janeiro confeccionou-se diários de campo e daí extraiu-se sete linhas de atuação nos Cecos: 1) arte-cultura; 2) economia solidária; 3) redução de danos; 4) práticas integrativas complementares em saúde; 5) esporte e lazer; 6) movimentos sociais; 7) o brincar e a saúde de trabalhadores. Conclui-se que cada uma das linhas traz a potência de promover saúde nos territórios e o devir quilomba é uma das forças que move os encontros.

Palavras-chave: Quilombo. Convivência. Arte-cultura. Economia solidária. Atenção psicossocial.

ABSTRACT

This article aims to share the results of the research project *“Conviviality Practices as Aquilombamentos: Health Promotion in Territories through Art-Culture and Solidarity Economy”*. The conviviality practices addressed in

¹ Psicóloga e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Pós-doutoranda pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora-pesquisadora da EPSJV/Fiocruz e PPG Eicos/UFRJ. E-mail: ariadna.alvarez@fiocruz.br

² Psicóloga e Doutora em Saúde Mental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ), Pós-doutora em saúde pública pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ).

this study are those developed through the Centers for Conviviality and Culture (Cecos) within the Psychosocial Care Networks (RAPS) of the Brazilian Unified Health System (SUS). The guiding question is: what are these practices, and how do the Cecos' activities operate as *aquilombamentos* in the promotion of health within territories? The research draws on the concept of *aquilombamento* as a forceful idea and pathway for resisting various forms of oppression against differences. The aim is to share the strands that make up the practices of the Cecos in their interface with the notion of *aquilombamento*. The theoretical and methodological approach adopted is cartography. Through participation in the Cecos Forums of the State of Rio de Janeiro, field diaries were produced, from which seven lines of action in the Cecos were identified: (1) art-culture, (2) solidarity economy, (3) harm reduction, (4) complementary and integrative health practices, (5) sports and leisure, (6) social movements, and (7) play and workers' health. It is concluded that, each of these lines holds the potential to promote health within the territories and the *quilomba*-becoming is one of the forces that animates the encounters.

Keywords: Quilombo. Conviviality. Art-culture. Solidarity economy. Psychosocial care.

INTRODUÇÃO

De que quilombos fazemos parte nos tempos atuais? Essa pergunta move e ecoa na pesquisa *Práticas de convivência como aquilombações: promoção da saúde nos territórios com arte-cultura e economia solidária*, que tem como propósitos: 1) visibilizar práticas de convivência como formas de aquilombação nos territórios; 2) fortalecer redes de afeto e de conversações entre práticas de convivência com arte-cultura e economia solidária, por meio dos Fóruns de Centros de Convivência e Cultura (Cecos); e 3) contribuir para a semeadura de novos Cecos nas Redes de Atenção Psicossocial (RAPS), a partir da construção coletiva de um guia (caderno de apoio para criação de Cecos). Neste artigo, o objetivo é compartilhar as linhas que constituem as práticas dos Cecos em sua interface com a noção de aquilombação.

Partindo do reconhecimento da urgência em fortalecer epistemologias afrodiaspóricas como estratégia de enfrentamento ao racismo epistêmico, buscamos não apenas citar autoras e autores negros, mas incorporar seu

pensamento na própria produção dos objetos de pesquisa. Essa incorporação pode incidir no debate público e contribuir para maior integração entre distintas políticas de saúde. Afetadas pelo conceito-movimento AquilombaSUS, que propõe modos de enfrentar o racismo nos processos de saúde-doença-cuidado no SUS (SOUZA *et al.*, 2025), pretendemos estabelecer, neste texto, conexões teórico-políticas entre duas ideias-forças: aquilombação e convivência, mapeando suas linhas e efeitos.

Vale sublinhar o que nomeamos como quilombo, para então avançar ao que chamamos de aquilombações. Segundo Souza *et al.* (2025), o termo quilombo pode ser compreendido tanto como território existencial concreto, geográfico e visitável, quanto como dimensão imagética e conceitual — estudada por autoras e autores como Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento e Clóvis Moura. Este artigo se interessa por sua dimensão “não geográfica”, isto é, o quilombo como conceito vivo, dinâmico e que extrapola os contornos territoriais físicos (SOUZA *et al.*, 2025).

Entre as distintas acepções do quilombo na literatura afrodiaspórica, nos aliamos à concepção de Beatriz Nascimento, para quem quilombo

Pode ser um lugar onde as pessoas possam viver mais livremente (...) É um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade da vida, o ato de criar um momento feliz mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias de destruição (NASCIMENTO, 2022, p. 130).

Também concordamos com Davi (2024) quando afirma que a equidade racial é condição indispensável dentro e fora do SUS, pois “sem ela não haverá democracia/ democracia racial” (p. 215). Inspiradas no quilombo como conceito de resistência em Nascimento (2022), seguimos em direção às aquilombações no campo psicossocial, entendidas como “dimensão ético-política da luta antimanicolonial. Resgatar os quilombos como metáfora viva é radicalizar as relações nas diferenças, visando à liberdade” (DAVI, 2024, p. 216).

Se o avesso das opressões e violências é o exercício pleno da democracia — onde diferenças não apenas existem, mas convivem e importam

— ousamos afirmar que o avesso do manicômio é a convivência. O manicômio é historicamente reconhecido como espaço de “troca zero”, onde o sujeito louco, visto como privado de razão, tem a subjetividade aniquilada. A convivência, ao contrário, opera como vida em comum e só se sustenta quando reconhecemos no outro diferentes lógicas de cuidado de si. Con-viver não comporta prescrição ou captura normativa, mas a centralidade de uma direção ética: a aposta inegociável na afirmação de que todas as vidas valem a pena. Esse horizonte nos impõe um desafio: como seguir produzindo conexão e encantamento justamente ali onde, por vezes, a distância insiste em prevalecer?

Nesse cenário, os Cecos emergem como operadores institucionais dessa aposta. Recentemente definidos pela Portaria 5.738/2024, os Centros de Convivência e Cultura (Cecos) são:

Art. 107. Ponto de atenção em saúde mental complementar e potencializador das ações de cuidado em saúde, caracterizando-se como espaço de convívio entre diferentes pessoas e grupos da comunidade, com intervenções nas dimensões individual e coletiva.
§ 1º Dispositivo estratégico para a convivência, o desenvolvimento do potencial criativo e produtivo, o fortalecimento de laços sociais e o acesso a direitos de pessoas em vulnerabilidade social, em sofrimento mental e com necessidades decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas (BRASIL, 2024, n.p.).

Ou seja, trata-se de dispositivos com equipes interdisciplinares, acesso livre e lógica de baixa exigência, articulados a ações intersetoriais — especialmente com políticas que promovam a arte, cultura, economia solidária, trabalho, educação, desenvolvimento social, proteção social, esporte, meio ambiente, direitos humanos e igualdade racial e de gênero, compondo campos de cuidado que não separam, mas aquilombam, na prática, a convivência como tecnologia de saúde.

Diante disso, neste artigo buscamos discutir as linhas teóricas, éticas e políticas que sustentam a convivência como prática de aquilombação no campo da saúde mental. Para tanto, examinaremos os Centros de Convivência e Cultura (Cecos) enquanto dispositivos institucionais e comunitários que potencializam laços, produção criativa, acesso a direitos e formas coletivas de

cuidado de si e do território, situando a convivência não como oposto abstrato, mas como ação concreta de desmonte das lógicas manicomiais e de enfrentamento ao racismo epistêmico no SUS.

2 MÉTODOS

Sobre as escolhas epistemológicas, afirmamos que nenhuma escolha é neutra. Como já é consagrado nas discussões sobre o fazer ciência, todo pesquisador é, simultaneamente, sujeito epistêmico — portador de teorias e métodos que lhe permitem se debruçar sobre determinados objetos da ciência — e sujeito ideológico, sujeito “cultura”: um sujeito interessado, que atribui valor a certas coisas e não a outras, que faz opções e sustenta determinadas concepções de mundo (MERHY, 2004).

Dessa forma, ao traçar o cruzamento entre quilombo e convivência, ousamos chegar a uma estratégia aquilombada do comum, capaz de perfurar os modos de subjetivação colonial-racial-cis-heteropatriarcal-capitalista hegemônicos. Nesse movimento, “aquilombar-se é sair da lógica da universalidade abstrata, calcada na branquitude” (DAVI, 2024, p. 216). A aposta que sustentamos é a de que só se produzem continência e continente no encontro com o outro e com as multidões que nos habitam. Encontro que reconhece que todes, sem exceção, são sabidos, carregam uma história própria e narrativas que merecem circulação e partilha. Na pesquisa cartográfica não se trata de “coletar dados”, mas trata-se de semear e acompanhar processos. Por isso, a pesquisa não envolveu coleta de dados pessoais, entrevistas, aplicação de instrumentos, intervenções ou qualquer procedimento dirigido aos indivíduos participantes do Fórum onde a pesquisadora fez seu percurso. As análises referem-se exclusivamente a processamentos da experiência da mesma a partir dos coletivos aos quais ela se vincula, sem identificação de participantes. Portanto, em conformidade com a Resolução CNS 466/12, o estudo encontra-se dispensado de apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Assim, quando afirmamos a escolha pela cartografia, trata-se de situar a pesquisa como investigação em ato (GOMES; MERHY, 2014), cujo método

cartográfico (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009) operará como ferramenta para acompanhar os processos coletivos das práticas de convivência nos territórios e suas aquilombações. Interessa-nos, especialmente, o compartilhamento dos modos de produção de cuidado via arte-cultura e economia solidária, entendidos como tecnologias vivas de fortalecimento de redes que ampliam nossas capacidades de pensar, sentir e agir. Tecnologias relacionais capazes de desengatilhar mecanismos de medicalização e patologização das relações, promovendo, no lugar da captura, a convivência comunitária.

Essa perspectiva metodológica ganhou corpo a partir da participação implicada como pesquisadora-militante nos encontros do Fórum Permanente de Cecos do Rio de Janeiro (ALVAREZ *et al.*, 2020), dispositivo criado em maio de 2018 como espaço de produção coletiva e estratégica de fortalecimento dos Cecos enquanto política pública de saúde e bem-viver. Essa participação se deu durante o ano de 2025 ao longo de três edições do Fórum: 1) CECO Ivone Lara (abril, Niterói); 2) Casa da Ciência da UFRJ (junho, Rio de Janeiro); e 3) Casa da Cultura (agosto, Araruama). Cada encontro reuniu, em média, entre 50 e 90 conviventes com duração de 4 horas cada Fórum. As sensibilidades foram sendo mobilizadas por meio de linguagens artísticas diversas — música, poesia, teatro, dança — e acolhendo problemas e enfrentamentos cotidianos relativos às colonizações e opressões das diferenças.

No Fórum, somos todos conviventes: usuários, trabalhadores, gestores, familiares, artistas, professores, pesquisadores, estudantes e parceiros comunitários. Partilhamos afetos, experiências, perguntas e inquietações em torno de uma política da convivência — e da construção de uma sociedade sem manicômios. Adotamos o método cartográfico na própria produção dos Fóruns, guiado por três pistas-éticas: 1) Abertura: qualquer pessoa pode participar; 2) Diversidade: cada convivente traz seus coletivos e multiplica o espaço; 3) Itinerância: o Fórum é nômade e acontece, a cada edição, em um lugar diferente.

A análise dos processos foi feita pela pesquisadora após cada encontro a partir da produção diários de campo com registros e anotações sobre as

impressões das questões ali tocadas. Em todos esses processos, contou-se com o protagonismo dos conviventes e a presença da cultura popular em ato: apresentações musicais, rodas de capoeira, capoeira angola, capoeira regional, poesias, performances, exposições de artes visuais e plásticas, feiras de economia solidária, blocos e coletivos carnavalescos, rodas de capoeira, rodas de capoeira, capoeira, dança popular e expressões múltiplas do comum que, ao invés de separar, aquilombam e instituem, na prática, outros possíveis do viver junto.

3 RESULTADOS

Com Donna Haraway (1995), em uma epistemologia feminista, assumimos que os saberes são localizados e que essa assunção implica questionar a ideia de neutralidade da ciência diante dos valores. Sem rejeitar a objetividade, propomos que valorizar perspectivas parciais, corporificadas e situadas é afirmar que todo conhecimento é produzido por sujeitos concretos, inscritos em marcadores históricos, sociais e políticos, portadores de perspectivas ao mesmo tempo específicas e limitadas. Desse modo, a ciência se revela também como prática política: parcial, localizada e nunca dissociada dos mundos que a produzem.

Seguindo essa direção, apresentamos aqui, como resultados construídos no processo dos Fóruns de Centros de Convivência e Cultura (Cecos) do Estado do Rio de Janeiro, sete linhas que articulam aquilombação e promoção da saúde nos territórios, expressas nas práticas dos Cecos: 1) arte-cultura; 2) economia solidária; 3) redução de danos; 4) práticas integrativas e complementares em saúde; 5) esporte e lazer; 6) movimentos sociais; e 7) o brincar e a saúde dos trabalhadores, reconhecida como dimensão do cuidado que sustenta os encontros e reterritorializa o comum como modo de bem-viver.

4 DISCUSSÃO

4.1 Arte-cultura

A arte é um importante vetor da existencialização humana (RAUTER, 2000). As interfaces entre arte, saúde e cultura têm sido debatidas mundialmente e, cada vez mais, pesquisas reconhecem o impacto das diversas linguagens artístico-culturais — música, teatro, dança, artes plásticas e visuais, cinema, entre outras — na produção de novas subjetividades e na promoção da saúde. Como afirmam Regina Benevides e Eduardo Passos (2005), pensar a saúde como experiência de criação de si e de modos de viver “é tomar a vida em seu movimento de produção de normas, e não de assujeitamento a elas” (p. 130).

No cotidiano dos Centros de Convivência e Cultura (Cecos), são inúmeros os exemplos de experiências artístico-culturais produzidas com e pelos conviventes. Muitos deles, no encontro com a arte, inauguram outras formas de dizer e de viver o encantamento com a vida; quando suas criações são reconhecidas, acessam outros lugares sociais, redesenhando pertencimentos e possibilidades de circulação no território comunitário.

Destacamos, ainda, a proximidade entre o tempo da convivência e o tempo da criação artística: o chamado tempo espiralar, conforme conceituado por Leda Maria Martins (2021). Trata-se de um tempo não linear, no qual as fronteiras entre passado, presente e futuro não se separam rigidamente, mas se atravessam como ancestralidade em presença viva. Nessa circularidade dinâmica, o corpo é território do tempo, e a relação temporal se faz sempre comunitária — marcada por ciclos, rituais, ritmos e retornos com diferença, que inscrevem a vida como movimento coletivo e não como linha reta, mas como espiral que gira, volta e se reinventa no comum.

4.2 Economia Solidária

A economia solidária (EcoSol), enquanto outro modo de produção, que se distingue das lógicas capitalistas, pode se constituir como via na qual trabalho e emancipação humana se encontram. Paul Singer (2002) afirma que o próprio capitalismo produz brechas para o surgimento de organizações econômicas solidárias, que podem operar em lógica contrária ou, em certos casos, compatível com o modo de produção hegemônico. Se no modo de

produção capitalista a finalidade é o lucro, sustentado na exploração do trabalho, com a presença da figura do patrão — detentor do capital e dos meios de produção — e do empregado — que vende sua força de trabalho — no modo de produção cooperativado, as relações se reorganizam, exigindo que o desenvolvimento econômico esteja alinhado ao bem-estar social e à produção coletiva do comum.

A EcoSol incorpora princípios das cooperativas sociais, entre os quais destacamos: 1) primado do trabalho sobre o capital; 2) autogestão; 3) cooperação em vez de competição; 4) solidariedade; 5) comércio justo e consumo consciente; 6) sustentabilidade socioambiental; 7) respeito à diversidade e igualdade; e 8) vinculação ao território e à comunidade. Considerando que muitos conviventes tiveram seus laços com o trabalho formal rompidos, as práticas de trabalho pautadas na economia solidária se apresentam como alternativa potente para a ampliação da autonomia e para a recomposição de formas de pertencimento produtivo e social.

A Lei 15.068/2024, conhecida como Lei Paul Singer, sancionada em dezembro de 2024, institui a Política Nacional de Economia Solidária e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes), com o objetivo de fomentar e qualificar os Empreendimentos de Economia Solidária (EESs), definidos como iniciativas coletivas, baseadas na autogestão, na participação direta dos membros, no comércio justo e solidário e na distribuição proporcional de resultados, em contraposição ao lucro individual. Segundo o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), foram registrados 20.662 empreendimentos, alcançando cerca de 1,423 milhão de pessoas distribuídas em todo o território nacional, com expressiva diversidade de produtos e serviços (BRASIL, 2024).

A partir dos Cecos, encontramos inúmeras experiências de EESs ou de grupos de trabalho orientados pela EcoSol, que produzem serviços e artesanatos diversos: horta comunitária, artigos de papelaria, vestuário, produtos alimentícios, marcenaria, gráfica, entre outros. Frequentemente, essas iniciativas não se formalizam como cooperativas, embora operem a partir dos princípios do cooperativismo social. São práticas que possibilitam geração

de renda aos participantes, muitas vezes com caráter complementar, e, sobretudo, instauram espaços de convivência, ampliação da vida e reconstrução de trajetórias laborais e comunitárias fundadas no cuidado de si, do outro e do território.

4.3 Redução de danos

O campo da redução de danos é polifônico e multifacetado, configurando-se como ética de cuidado voltada às pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas. Ao situar nossas escolhas, adotamos como referência a conceituação elaborada por uma mãe, mulher negra e trans, redutora de danos, presidenta e cofundadora da Casa Chama – Matuzza Sankofa.

Segundo Matuzza Sankofa (2024), a redução de danos é uma tecnologia de afeto e cuidado, pertencente ao Sistema Único de Saúde, que alcança pessoas vulnerabilizadas pelo Estado por meio do trabalho daquelas que encontram um lugar de ecoempatia. A autora define ecoempatia como uma relação na qual reconhecemos pontos comuns em nossas dores e vulnerabilizações, entendendo-nos como iguais em alguns lugares e diferentes em outros, para então pensar lutas e caminhos a percorrer juntas. Nessa perspectiva, a ecoempatia se apresenta como ferramenta valiosa para a convivência e para a redução de danos, pois convoca a produção do comum e tensiona posturas de antagonismo entre as diferenças.

No diálogo entre os Cecos e os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad), as práticas de redução de danos ganham corpo em direção aquilombada. Em um dos Fóruns, por exemplo, emergiu a experiência de um baile charme — festa periférica que celebra a música negra e a dança urbana — como dispositivo de cuidado territorial. Nesse encontro comunitário, foram articuladas ações de uso cuidadoso de substâncias psicoativas com a distribuição de kits de redução de danos e materiais informativos. Nesse contexto, a valorização da cultura periférica, além de unir equipes, conviventes e transeuntes em torno da música e da dança, também protagonizou o cuidado, demonstrando que práticas artístico-culturais do território podem

operar como estratégia concreta e sensível de redução de danos, produzindo saúde nos intervalos onde o Estado frequentemente falha, mas onde a convivência insiste em criar passagem.

4.4 Práticas integrativas complementares em saúde (PICS)

Considerando que nos CECOs as atividades são coletivas — e que não há atendimentos individuais — interessa-nos situar as práticas de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) como estruturantes da política da convivência, especialmente quando ofertadas em grupo. Na perspectiva da educação popular em saúde, destaca-se o uso das plantas medicinais como via potente de enfrentamento à patologização da vida e de resgate de tecnologias ancestrais de cuidado. Como exemplo territorial, podemos citar as rodas de conversa com erveiras, que operam como espaços de cuidado coletivo intergeracional, sustentados no chão vivo da comunidade e no reconhecimento do saber comunitário inscrito no território.

Atualmente, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece 29 Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) de forma integral e gratuita à população. A lista de 29 PICS foi consolidada a partir da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), iniciada em 2006 e ampliada por portarias posteriores em 2017 e 2018. No Quadro 1, abaixo, expomos a inclusão por ano das práticas oferecidas no SUS.

Quadro 1 – Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e seus anos de implementação

2006	2017	2018
1. Medicina Tradicional Chinesa - acupuntura	5. Arteterapia	19. Aromaterapia
2. Homeopatia	6. Ayurveda	20. Apiterapia
3. Plantas medicinais - fitoterapia	7. Meditação	21. Bioenergética
4. Termalismo social/crenoterapia	8. Musicoterapia	22. Constelação familiar
	9. Naturopata	23. Cromoterapia

	10. Quiropraxia	24. Geoterapia
	11. Shantala	25. Hipnoterapia
	12. Terapia Comunitária Integrativa	26. Imposição de mãos
	13. Yoga	27. Ozonioterapia
	14. Medicina Antroposófica	28. Terapia de florais
	15. Biodança	29. Reiki
	16. Dança Circular	
	17. Osteopatia	
	18. Reflexologia	

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Em março de 2025, o Ministério da Saúde reportou crescimento de 70% na oferta de PICS no SUS. Esse avanço mobilizou o campo institucional e, como efeito recente, o Consórcio Brasileiro de Saúde Integrativa apontou a necessidade de criação de uma Coordenação Nacional no Ministério da Saúde, como estratégia para qualificar, articular e ampliar essa política de cuidado.

Entre as PICS que têm o grupo como matéria-prima, sabemos que muitas atravessam o cotidiano dos CECOs, especialmente aquelas que convocam o corpo e a criação como experiência comum. Observamos que práticas envolvendo expressões artísticas e corporeidades têm difusão mais ampla nesses espaços: arteterapia, dança circular, musicoterapia, meditação, yoga e plantas medicinais, compondo um conjunto de tecnologias do viver junto que, ao invés de individualizar o cuidado, o coletiviza, o territorializa e o devolve ao circuito comunitário da vida, onde saúde é criação do comum e não adequação à norma.

4.5 Esporte e Lazer

O esporte e o lazer se fazem presentes no trabalho dos Cecos, sobretudo por meio de parcerias intersetoriais. É no diálogo entre diferentes setores que se torna possível potencializar a ocupação de espaços públicos já existentes nos territórios, como clubes, parques e quadras poliesportivas.

Esportes de natureza coletiva — como futebol, vôlei, queimada, handebol e basquete — colocam em cena a convivência como acontecimento grupal, no qual a diversidade humana é exercitada em dimensões essenciais: colaboração, comunicação, confiança, trabalho em equipe e reconhecimento do outro como parceiro de jogo e de mundo.

Essa ocupação produz articulações entre diferentes pontos das redes, formando times, torcidas e modos de estar junto, como ocorre nos campeonatos e competições comunitárias. Nessas tramas, conviventes que chegam pelos Cecos e a comunidade do entorno tecem vínculos e experimentam outros modos de subjetivação no encontro mediado pelo esporte e pelo comum vivido.

O lazer em praças, bosques e parques públicos é, igualmente, dimensão fundamental da criação do senso de pertencimento aos territórios. Esses espaços de encontro possibilitam reconhecimento mútuo, construção de identidades coletivas e a produção de um comum territorializado, fundado na vida partilhada no espaço que se habita. Iniciativas que cuidam e zelam pelo bom uso da cidade fortalecem não apenas laços entre pessoas, mas a própria relação afetiva com o território urbano. As rodas de capoeira — como as realizadas em parceria com a Casa Chama — exemplificam essa potência híbrida: sendo simultaneamente esporte, luta, filosofia, dança e musicalidade, ocupando espaços públicos e reinventando ali a convivência como política viva de bem-viver.

4.6 Movimentos sociais

Os movimentos sociais foram a força motriz da transformação dos modos de atenção à saúde mental no Brasil. As redes e núcleos da luta antimanicomial, espalhados por todo o país, foram decisivos para que a reforma psiquiátrica brasileira se concretizasse como projeto ético, político e social, que não apenas defende o cuidado em liberdade, mas sustenta uma defesa intransigente dos direitos humanos.

Os encontros antimanicomiais e de movimentos afins — como o movimento estudantil, de agroecologia, negro, feminista e LGBTQIAP+ —

constituem espaços de exercício de uma sociabilidade política engajada, onde a convivência se faz prática concreta de luta por uma democracia plena. Como exemplo, podemos citar a pressão organizada dessas redes para que os Centros de Convivência e Cultura (CECOs) se tornassem política pública, garantindo financiamento do governo federal. No caso do Rio de Janeiro, a Lei nº 9.323/2021 — que institui a política estadual de CECOs — foi gestada nos Fóruns de Cecos, em diálogo contínuo com frentes parlamentares, audiências e participações em espaços de incidência coletiva, como as audiências públicas no território fluminense.

Assim, seja no cumprimento da função de controle social, fiscalizando o poder público, seja atuando como rede de apoio mútuo, os movimentos sociais aquilombam os territórios e se tornam elo indispensável na defesa da cidadania, dos direitos e da emancipação coletiva. É na ação persistente dessas redes que o cuidado em saúde mental se amplia como bem comum, costurado nas diferenças e sustentado na força dos encontros que não recuam diante da luta, mas também sabem produzir paz como estratégia de continuidade da vida.

4.7 O Brincar e a Saúde de Trabalhadores

Em um espaço que tem como princípio o rompimento com as situações de isolamento, o brincar torna-se fundamental. Práticas lúdicas — jogos, brincadeiras, oficinas criativas, contação de histórias — podem ser destinadas ao público infanto-juvenil e, ao mesmo tempo, promover encontros entre diferentes gerações. Como exemplo, destacamos as brincadeiras de roda, cantigas e cirandas, que resgatam e atualizam saberes populares, mantendo viva, pela oralidade, a cultura local nos territórios, em sua dimensão comunitária e de transmissão intergeracional.

Entre trabalhadoras e trabalhadores da saúde, que frequentemente atuam em condições precárias, o lúdico pode ser reconhecido como tecnologia de cuidado que também os alcança. Certa vez, uma cuidadora de uma residência terapêutica, ao acompanhar um morador em uma atividade de um CECO, afirmou que também se sentia cuidada naquele espaço,

experimentando ali uma pausa revitalizante. Esses desvios e instantes de desaceleração do cotidiano — encontros com o outro, com a arte e com dispositivos materiais e imateriais — produzem ocupações feitas de alegria, alívio e ludicidade, favorecendo bem-estar e autonomia. É na convivência, em cada ato partilhado, que os afetos se atravessam e se transpassam, abrindo espaço para novas narrativas e para a produção de sentidos sobre o que se vive em si e nos coletivos que nos compõem.

Deste modo, reconhecemos no lúdico uma linha que favorece o encontro intergeracional e a redução do estresse das equipes de cuidado — aliviando pressões, estimulando a criatividade e ampliando a expressão de pessoas de todas as idades. Ao convocar para a criação compartilhada do comum, tais práticas contribuem para uma saúde integral, territorial e comunitária, princípio que orienta e sustenta políticas como a Rede de Atenção Psicossocial e a agenda ampliada de promoção do bem-viver nos territórios, onde brincar é também produzir saúde, laço social e liberdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se os Centros de Convivência e Cultura (Cecos), criados na década de 1990, na cidade de São Paulo, têm na arte-cultura e na economia solidária seus eixos fundantes e estruturantes, essa pesquisa ousou demonstrar que o aquilombamento institucional desses dispositivos transborda tais linhas e convoca outros vetores indispensáveis ao campo psicossocial. Identificamos que práticas coletivas como redução de danos, lúdico intergeracional, esporte-lazer e cuidados integrativos em grupo não figuram como anexos ocasionais, mas como tecnologias de produção do comum, capazes de reconstituir laços territoriais, recompor trajetórias e disputar sentidos de cuidado frente às racionalidades coloniais e manicomiais que historicamente estruturaram a assistência em saúde mental.

Essa visada só foi possível a partir da participação implicada no Fórum de Cecos do Estado do Rio de Janeiro — espaço polifônico de incidência política, composição comunitária e criação coletiva. No encontro entre usuárias, trabalhadores, familiares, artistas, pesquisadoras e grupos territoriais, vimos

emergir uma prática de conhecimento e intervenção que não separa pesquisa de militância, nem política de cuidado, mas sustenta sua força justamente na indissociabilidade entre práticas estéticas, redes afetivas e estratégias instituintes de direitos.

Ao acompanhar, em ato, a micropolítica desses encontros, percebemos um devir quilomba que não se reduz à identidade fixada do passado, mas se faz conceito-movimento no presente, reterritorializando outras gramáticas para o viver junto. Um devir que não apenas enfrenta os desmontes sistemáticos do Sistema Único de Saúde, mas reinscreve a convivência como operador civilizatório: modo de disputar democracia plena nos territórios, fazer furos na medicalização e abrir passagem para intensidades criativas que despatologizam a vida e radicalizam o cuidado como exercício ético — uma ética da dignidade, do laço e da liberdade.

Assim, afirmamos que a convivência, quando tomada como prática de aquilombar, empurra a instituição para fora de si e a devolve à polis: à cidade e às comunidades que a compõem. Aquilombar o cuidado significa produzir saúde nas tramas do território e não a capturar em formatos que isolam, individualizam ou hierarquizam saberes. Significa reconhecer o corpo como território do tempo e da criação; a economia como circuito de autonomia possível; e o encontro como prática política de acesso a direitos. É sustentar que todas as vidas — infanto-juvenis, loucas, negras, trans, periféricas, indígenas, usuários de álcool e outras drogas, e as vidas das equipes de cuidado — valem a pena, importam e produzem mundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. *Devir quilomba: antirracismo, afeto e política de mulheres quilombolas*. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

ALVAREZ, A. P. E.; ALMEIDA, N. M. de C.; FIGUEIREDO, A. *Por uma política da convivência: movimentos instituintes na reforma psiquiátrica brasileira*. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 44, n. 127, p. 1300–1311, 2020.

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 3, p. 561–571, 2005.

BRASIL. Lei n.º 15.068, de 12 de dezembro de 2024 (Lei Paul Singer). *Institui a Política Nacional de Economia Solidária, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes)*, altera a Lei n.º 10.406/2002 (Código Civil) e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.323, de 14 de junho de 2021. *Institui a política estadual dos centros de convivência e cultura (CECOs) do Estado do Rio de Janeiro*. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro: seção normativa, Rio de Janeiro, 14 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS n.º 5.738, de 9 de dezembro de 2024. *Dispõe sobre os Centros de Convivência e Cultura (CECOs) da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no âmbito do SUS*. Diário Oficial da União: seção normativa, Brasília, DF, 9 dez. 2024.

DAVI, E. *Saúde mental e relações raciais: desnorreamento, aquilombação e antimanicolonialidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2024.

GOMES, M. P. C.; MERHY, E. E. (org.). *Pesquisadores in-mundo: estudo da produção do acesso e barreiras em saúde mental*. São Paulo: Editora Rede Unida, 2014.

HARAWAY, D. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 5, p. 7–41, 1995.

MARTINS, L. M. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

MERHY, E. *O conhecer militante no sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido*. In: FRANCO, T.; PERES, F.; FOSCHIERA, M. et al. *Acolher Chapecó: uma experiência de mudança do modelo assistencial com base no processo de trabalho*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p. 210–220.

NASCIMENTO, B. *O negro visto por ele mesmo: ensaios, entrevistas e prosa*. Organização de A. Ratts. São Paulo: Editora Ubu, 2022.

RAUTER, C. *Oficinas pra quê? Uma proposta ético-estético-política para oficinas terapêuticas*. In: AMARANTE, P. (org.). *Ensaio: subjetividade, saúde mental e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 267–278.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA; Ministério do Trabalho e Emprego. *Sistema nacional de informações em economia solidária*. Brasília, DF: SENAES/MTE, 2004.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, T. de P.; DAVI, E. de C.; PASSOS, R. G. *AquilombaSUS: ancestralidade e tecnologia relacional de produção de saúde*. Fractal: Revista de Psicologia, v. 37, p. e65998, 2025.